

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH

HOSPITAL JEAN BITAR

CNPJ 23.453.830/0015-75

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)				Passivo			
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		8.001.125	7.872.337	Circulante		4.014.046	3.979.962
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.381.086	3.725.456	Fornecedores	8	1.611.493	1.447.883
Contas a receber	5	103.228	2.810.202	Obrigações trabalhistas	9	1.846.474	1.863.235
Estoques	6	1.189.911	978.598	Obrigações sociais	10	307.227	309.244
Adiantamento a Funcionários		83.071	77.401	Obrigações fiscais		76.352	152.577
Outros Créditos		214.611	170.596	Partes Relacionadas	7	172.500	207.023
Despesas antecipadas		3.023	3.968				
Partes Relacionadas	8	26.195	106.117	Não Circulante		2.071.138	2.183.831
Não Circulante		2.131.494	2.330.871	Receitas Diferidas	11	2.071.138	2.183.831
Depósito judicial	13	28.560	28.560	Patrimônio Líquido	13	4.047.435	4.039.415
Imobilizado líquido	7	1.434	5.437	Patrimônio social		4.073.980	3.151.932
Intangível líquido	7	30.362	113.043	(Déficit)/superávit acumulado		(26.545)	887.483
Imob., líquido - Contrato de Gestão	7	2.071.138	2.183.831	Total do Passivo e do Patr.Líquido		10.132.619	10.203.208
Total do Ativo		10.132.619	10.203.208				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT/SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)			
	Nota	2020	2019		2020	2019	
Receitas Operacionais		39.953.225	39.650.000	Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		39.953.225	39.650.000	(Déficit)/Superávit do exercício		(26.545)	887.483
Custos		(33.961.644)	(32.647.532)	Ajustes para reconciliar o resultado			
Serviços de terceiros		(16.951.396)	(16.326.983)	Depreciação/amortizações		234.997	235.184
Pessoal e encargos		(10.522.522)	(10.006.538)	Superávit/(Déficit) ajustado		208.452	1.122.667
Materiais e medicamentos		(6.487.726)	(6.314.011)	Variáveis das contas de ativo e passivo		2.437.399	255.016
Despesas		(6.083.767)	(6.179.556)	Aumento em créditos - circulante		2.657.288	336.396
Pessoal e encargos		(2.630.631)	(2.501.635)	Aumento em estoques		(211.313)	(105.859)
Despesas gerais e administrativas	14	(3.355.418)	(3.582.913)	(Aumento)/redução das despesas antecipadas		945	3.002
Depreciação/amortização		(234.997)	(235.185)	Aumento em fornecedores		163.610	(150.502)
Impostos, taxas e contribuições		(7.109)	(6.821)	Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas		(16.761)	106.506
Outras receitas e desp.operacionais		144.388	146.998	Aumento/(redução) de obrigações sociais		2.017	48.691
Financeiras Líquidas		65.641	64.571	(Redução) de obrigações tributárias		(76.225)	33.332
Despesas financeiras		(34.343)	(51.975)	Aumento/(redução) de outras obrigações		-	(52)
Receitas financeiras		99.984	116.546	Redução das obrigações - não circulante		(112.693)	(21.504)
(Déficit)/Superávit do Exercício		(26.545)	887.483	Ajustes patrimoniais		34.565	5.006

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)			
	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total		2020	2019	
Em 31 de dezembro de 2018	1.861.297	1.285.629	3.146.926	Atividades de investimentos		(35.620)	(498.167)
Incorp. ao Patrimônio Social	1.285.629	(1.285.629)	-	Aquisição de imobilizado		(35.620)	(498.167)
Ajuste Patrimoniais	5.006	-	5.006	Atividades de financiamento		45.399	(30.992)
Superávit do exercício	-	887.483	887.483	Partes relacionadas		45.399	(30.992)
Em 31 de dezembro de 2019	3.151.932	887.483	4.039.415	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		2.655.630	848.524
Incorp. ao Patrimônio Social	887.483	(887.483)	-	Variável em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Ajuste patrimoniais	(2.474)	-	(2.474)	Saldo existente no início do exercício		3.725.456	2.876.932
Transferências (Nota 13)	37.039	-	37.039	Saldo existente no final do exercício		6.381.086	3.725.456
Déficit do exercício		(26.545)	(26.545)	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		2.655.630	848.524
Em 31 de dezembro de 2020	4.073.980	(26.545)	4.047.435				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal, Belém-PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/2016, vigente até 09/03/2021, através do 12º aditivo, pactuado em 09/09/2020. A Administração protocolou, em 02/03/2021, um pedido de aditamento do prazo do contrato, através de proposta de 14º aditivo contratual, da qual ainda não teve resposta da SESP. Em 2020, o Hospital não foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID-19, não havendo complemento do atual contrato de gestão, porém arcou com custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde e aguarda manifestação do Ministério da Educação e Ministério da Cidadania. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 11 de março de 2021. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais**

continua...

...continuação

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
HOSPITAL JEAN BITAR

CNPJ 23.453.830/0015-75

tão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2020 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impactos da COVID-19 nas Operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESP, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; Ainda, neste momento, nem a Entidade nem sua Administração conseguem mensurar fatores para prever ou estimar precisamente os impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura do Hospital, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica e de saúde mundial e representando novos riscos à sociedade, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios e, possível, aumento expressivo de atendimentos emergenciais pelo Hospital. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação da COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESP como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2021, por nova fase de

7. Imobilizado e Intangível: Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento

	Medic. e Cir. Apar. 10%	Equip. Inform. 20%	Instr. Cirúrgicos 10%	Máquinas e Equip. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Equip. Hospit. 10%	Constr. em andamento	Benfeitorias 10%	Total
Em 31 de dezembro de 2019									
Saldo Inicial	415.723	83.357	54.457	215.077	117.418	30.153	637.987	279.993	1.834.165
Adições	10.950	969	-	68.661	94.475	10.936	312.176	-	498.167
Depreciação	(50.342)	(23.968)	(6.764)	(25.207)	(16.927)	(3.868)	-	(21.425)	(148.501)
Saldo Final	376.331	60.358	47.693	258.531	194.966	37.221	950.163	258.568	2.183.831
Em 31 de dezembro de 2020									
Saldo Inicial	376.331	60.358	47.693	258.531	194.966	37.221	950.163	258.568	2.183.831
Adições	-	1.482	-	1.963	-	-	32.175	-	35.620
Depreciação	(50.707)	(24.958)	(6.764)	(30.478)	(22.499)	(4.337)	-	(8.750)	(148.313)
Saldo Final	325.624	36.882	40.929	230.016	172.467	32.884	982.338	249.998	2.071.138

	Equipo. Inform. 20%	Obras em Andamento 10%	Direito de Uso 10%	Total
--	---------------------	------------------------	--------------------	-------

Em 31/12/2019				
Saldo inicial	9.439	-	195.724	205.163
Adições	-	-	-	-
Depreciação	(4.003)	-	(82.681)	(86.683)
Saldo Final	5.437	-	113.043	118.480

Em 31/12/2020				
Saldo Inicial	5.437	-	113.043	118.480
Depreciação	(4.003)	-	(82.681)	(86.684)
Em 31/12/2019	1.434	-	30.362	31.796

8. Partes Relacionadas: O montante a receber de R\$ 26.195 (R\$ 106.177 em 2019), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão, por serviços laboratoriais prestados. O saldo a pagar de R\$ 172.500 (R\$ 207.023 em 2019) refere-se aos serviços da gestão a pagar.

	2020	2019
9. Fornecedores		
Materiais e medicamentos	277.306	443.355
Serviços pessoa Jurídica	385.850	377.141
Serviços médicos	932.680	619.095
Diversos	15.657	8.292
	1.611.493	1.447.883

	2020	2019
10. Obrigações Trabalhistas		
Obrigações trabalhistas	73.647	750.710
Provisão férias	1.026.934	1.030.173
Provisões FGTS s/férias	81.893	82.352
	1.846.474	1.863.235

	2020	2019
11. Obrigações Sociais		
INSS a recolher	81.182	76.927
FGTS a recolher	109.005	110.313
IRRF s/ folha a recolher	116.438	121.279
Contribuição Sindical a recolher	602	725
	307.227	309.244

12. Receitas Diferidas: Em 2020, foi utilizado o montante de R\$ 35.620, sendo adquirido com a verba residual de 2019. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2020, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2020	2019
Imobilizado - Contrato de Gestão	2.567.491	2.531.871
Total investido em ativo	2.567.491	2.531.871
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(496.353)	(348.040)
	2.071.138	2.183.831

13. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2020	2019
Cível	105.000	-
Trabalhista	818.243	67.430
	923.243	67.430

Em 2020, a Entidade possuía R\$ 28.560 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **14. Patrimônio Social:** O Patrimônio

restrições impostas pelas autoridades governamentais e pela necessidade aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorece o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

	2020	2019
4. Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa	1.200	1.200
Banco conta movimento	17.473	71.704
Aplicações financeiras	6.362.413	3.652.552
	6.381.086	3.725.456

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. **5. Contas Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 09/03/2021.

	2020	2019
Contrato 002/2016 - SESP	103.228	2.810.202
Total circulante	103.228	2.810.202

	2020	2019
6. Estoques		
Drogas e Medicamentos	387.890	265.589
Dieta Enterais e Parenterais	19.323	42.130
Fios Cirúrgicos	22.493	31.710
Filmes e Químicos	3.600	4.872
Materiais de uso do paciente	421.955	251.937
Produtos de Limpeza	30.959	37.083
Materiais de Laboratório	132.803	174.839
Demaís materiais	170.888	170.438
	1.189.911	978.598

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

	2020	2019
15. Despesas Gerais e Administrativas		
Serviços de gestão	(1.868.406)	(1.964.522)
Energia elétrica	(745.448)	(796.279)
Aluguel de máquinas	(413.721)	(420.372)
Viagens e hospedagens	(22.096)	(76.760)
Outros	(305.747)	(324.980)
	(3.355.418)	(3.582.913)

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

	2020	2019
Cota patronal	2.347.561	2.205.737
Terceiros	680.793	639.664
RAT/SAT	234.756	220.574
Total INSS	3.263.110	3.065.975
COFINS	1.198.597	1.189.500
Total COFINS	1.198.597	1.189.500

17. Cobertura de Seguros: Em 2020, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2020	2019
Aplicações financeiras	6.362.413	3.652.552
Contas a receber	103.228	2.810.202
Total ativos financeiros	6.465.641	6.462.754
Fornecedores	1.611.493	1.447.883
Total passivos financeiros	1.611.493	1.447.883

19. Gestão de Riscos: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores

...continua...

...continuação

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH**HOSPITAL JEAN BITAR**

CNPJ 23.453.830/0015-75

e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional: Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade:** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2020, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente,

podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público. **20. Eventos Subsequentes: a) Nova onda de infecções e Impactos da COVID-19 para 2021:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração acompanha o aumento das divulgações sobre contaminação, sobre elevação nos casos de mortes e nova implementação de restrições de circulação e atividades pelos Entes Governamentais, concluindo que os efeitos financeiros sobre estes impactos devem ser percebidos nas operações nos próximos meses, porém optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis. **b) Renovação do contrato de gestão:** O Contrato de gestão 002/2016, junto à SESPA, teve sua vigência prorrogada em 09/09/2020, com novo vencimento para 09/03/2021 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual. A atual Administração protocolou ofício junto à SESPA, em 02/03/2021, com o intuito de formalizar a intenção de renovação do contrato. Diante da expectativa de que seja confirmada a renovação contratual, a Administração concluiu por não haver necessidade de reconhecer provisões para desmobilização e/ou contingências nessas demonstrações contábeis, bem como a manutenção da gestão das atividades do Hospital até a obtenção do retorno da SESPA, com o intuito de evitar o colapso do sistema da região.

Belém/PA, 11 de março de 2021.

Giovani Luís Padão Merenda - Diretor Executivo

Viviane da Costa Conceição - Contadora - CRC PA - 013815/O - 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público e das incertezas econômicas provenientes dos impactos da COVID-19. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público acerca de impactos da COVID-19 no fluxo de pagamentos do contrato de gestão pactuado. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESPA como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na notas explicativas 1(b) e 20, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Jean Bitar estava vigente até 09 de março de 2021, por meio do 12º aditivo contratual junto à SESPA. Entretanto, até a emissão desse relatório a Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA não havia respondido ao ofício de solicitação de renovação contratual proposto pela Entidade em 02 de março de 2021. Por estar habilitada, a Administração atual considera participar da licitação/renovação, quando ocorrer. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 13 de março de 2020, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e nova implementação de restrições de atividades e circulação, promovendo preparo de sua estrutura para eventual atendimento emergencial de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 11 de março de 2021.

Planners Auditores Independentes - CRC.SP. nº 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398. Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-0 - Auditor Independente - CNAI 6.199.

Protocolo: 637516